

CONSOLIDAÇÃO DO POSTULADO DO EGOÍSMO¹

Róber Iturriet Ávila (UFRGS)

Resumo

Este artigo se propõe a remontar a dissolução ocorrida no tempo em que a Economia Política buscava limitar seu campo de estudo. Centrando-se ao que toca a percepção sobre a conduta humana e suas conexões com a economia. Para tanto, é desenvolvida a visão de Adam Smith sobre o comportamento dos homens e também as modificações subsequentes originadas nas diferentes concepções dos autores da escola clássica e da neoclássica. Neste intento, é retraçado o caminho da consolidação do postulado do egoísmo, assim como os percalços e controvérsias deste percurso. É aventada, adicionalmente, a possibilidade de reenlace entre as questões morais e as econômicas a partir de uma nova concepção teórica e metodológica que considere a interpenetração destes temas.

Palavras-chave: Postulado do egoísmo, *homo economicus*, moral, simpatia, positivismo.

Abstract

This paper is proposed to reassemble the dissolution occurred when the Political Economy sought to limit their field of study. Focussing regarding the perception about human conduct and its connections with the economy. To do that, it is developed the perception of Adam Smith about human behavior, and the subsequent changes resulting from different conceptions of classical and the neoclassical authors. In this attempt, is showed the way of the consolidating of self-interest premise, the mishaps and controversies of this path. It is suggested, in addition, the possibility of reenlace between moral and economic aspects in a new theoretical and methodological approach that consider the interpenetration of these themes.

Key-words: Self-interest premise, *homo economicus*, moral, sympathy, positivism.

1. Introdução

Com o intuito de investigar os efeitos da ação humana na economia e de padronizar tal relação, constituiu-se, ao longo do tempo, uma concepção específica sobre o comportamento do homem. Em determinado período, uma ruptura se torna nítida ao pesquisador que se debruça sobre as construções teóricas e metodológicas daqueles que solidificaram o campo de pesquisa da economia. Notadamente, no passo visto como a continuidade da obra de Adam Smith e, de forma mais incisiva, ao tempo da revolução marginalista.

¹ O presente artigo foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq – Brasil. Agradeço ao Prof. Dr. Gentil Corazza pelas críticas e sugestões, assumindo a versão final como de minha exclusiva responsabilidade.

A metamorfose partiu do homem smithiano, passando pelo *homo economicus* até a assunção de racionalidade ilimitada. Transformação particular é perceptível no que toca a moral do agente econômico. Enquanto este ficava mais restrito aos seus interesses, deixava de preocupar-se com os efeitos de seu comportamento sobre a coletividade e sobre sua imagem. Sob este preâmbulo, este trabalho se propõe a analisar a cisão ocorrida acerca do postulado do egoísmo no momento em que a economia se distanciou da filosofia moral. Para tanto, se faz necessário remontar o debate² sobre a ruptura ou continuidade da obra de Adam Smith, tomando-o, no entanto, como dado. Ao expor como se deu o distanciamento das questões morais, impõe-se a reconstrução do caminho trilhado no desenvolvimento da ciência econômica, utilizando como instrumento não apenas as interpretações do rumo tomado, mas também as próprias palavras daqueles que determinaram este percurso. Tais questões serão abordadas, respectivamente, nas seções 2 e 3.

Na seção 4, é ventilada a proposição de emergir uma nova concepção analítica que reconcilie o homem enquanto agente econômico com a moralidade, objetivando pensar os problemas econômicos e a organização social a partir das emoções humanas. Assuntos correlatos serão abordados marginalmente como a discussão entre ciência positiva e normativa e também a consolidação do individualismo metodológico na economia, contudo não estão tais temas no foco do trabalho que se centra na conduta humana sob o prisma econômico.

2. A percepção smithiana

A publicação de *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações* (RN) por Adam Smith em 1776 é convencionalmente referida como o nascimento da economia enquanto disciplina autônoma. Apesar deste trabalho ser o mais conhecido do autor, ele próprio intitulou *Teoria dos Sentimentos Morais* (TSM) como seu livro mais importante³. Diversas interpretações⁴ compreendem que em TSM Smith se centrou na moral, sob influência de Francis Hutcheson e David Hume, explorando o desejo humano de ser aprovado através do autocontrole, atingindo, assim, a *simpatia*⁵.

Inversamente, em a RN, Smith teria explorado um outro universo separado, a economia, tendo influência de Thomas Hobbes e Claude Adrien Helvétius. Neste caso, haveria uma ruptura com a metafísica e com a moralidade, o que significa uma dissociação do mundo do *egoísmo* (economia) ao mundo da *simpatia* (moralidade), as quais poderiam ser analisadas em diversos prismas sem conflitos. Sob tal contexto, o homem na economia age de maneira egoísta. Esta separação marcaria a emancipação da economia em relação à filosofia. Percepção referendada pela célebre frase:

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e

² O debate que discutia a ruptura ou a continuidade do pensamento de Adam Smith foi intitulado pela Escola Histórica Alemã de *Das Adam Smith Problem*.

³ Torres (1998) e Ganem (2000) firmam que o próprio Smith intitulou TSM como seu livro mais importante.

⁴ Dentre aqueles que assim observam, cabe destacar os que pertencem à Escola Histórica Alemã tais como: Roscher (1843), Hildebrand (1848), Knies (1853) e Shmoller (1870), além de Albert Hirschman (1977), Louis Dumont (1977), Jacob Viner (1927), Skarynski (1878). Ver Ganem (2000).

⁵ Será aprofundada a concepção deste termo.

nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles (SMITH, 1996, p.74).

Embora o debate em torno da percepção do homem por Adam Smith seja extenso e propenso a diversas controvérsias, a visão⁶ de que há continuidade ao longo da obra de Smith é presentemente majoritária. Este entendimento se funda em elementos factuais⁷ e também nos argumentos interpretativos. Smith, em TSM, apresenta um homem preocupado em obter aprovação da sociedade. Em busca desta, ele se assenta no *autodomínio*.

Este homem descrito por Smith tem sua natureza sociável. Com vista à sociabilização, ele se empenha para obter um comportamento virtuoso e isso faz ele emanar simpatia. Ela é adquirida a partir do compartilhamento das paixões, ou seja, da confluência de emoções. Ao mesmo tempo, há nele um *espectador imparcial*, o juiz da conduta. Este espectador autoavalia-se⁸, controlando suas ações. Ancorado no autodomínio, ele evita os desvios de conduta. Smith expõe ainda que as virtudes morais variam de acordo com a conveniência. Em assim procedendo, o sujeito egoísta está submetido à sociabilização (aprovação de terceiros) e ao espectador imparcial dele mesmo –autodomínio, que permite o ajuste do egoísmo ao desejo de ser sociável e conveniente, desencadeando em redução de paixões egoístas (QUINTANA, 2001).

O homem smithiano analisa também se o comportamento é decente ou deselegante, passível de recompensa ou de punição. Todo este processo de investigação própria e alheia encoraja a moderar os sentimentos. Quando o espectador imparcial se aprova, há simpatia consigo, ou *amor-próprio*⁹. Desta forma, o amor-próprio está vinculado com o julgamento do “terceiro”, mas que neste caso, é de si, ou seja, o julgamento dos nossos próprios atos deriva do julgamento feito a outrem (TORRES, 1998).

Além da simpatia como chave da sociabilidade, que regula a conduta humana, Smith considera ainda outras paixões como a bondade, a generosidade, a compaixão, a amizade, a beneficência e a justiça. Nesta busca, a paciência, a probidade, a prudência e a franqueza são desejáveis. Cabe ainda “o amor ao que é honrado, nobre, à grandeza, dignidade e superioridade de nossos próprios caracteres” (SMITH, 1999, p. 167).

Smith entende ainda que o homem não pode exagerar na estima por si, evitando a desaprovação. Assim, mesmo que haja o interesse próprio, este está sob o controle do espectador imparcial que investiga o interesse pessoal, ou seja, há conciliação do interesse próprio com o dos outros. O indivíduo virtuoso “age de acordo com as regras da perfeita prudência, da justiça estrita e da benevolência adequada” (SMITH, 1999, p. 297).

Presente está também o amor por si: “A preocupação com a nossa própria felicidade nos recomenda a virtude da *prudência*, a preocupação com as outras pessoas, as virtudes da justiça e da benevolência” (SMITH, 1999, p. 327, grifos acrescentados).

Contudo, este mesmo homem que se vigia, procura a virtude e a aceitação, também efetua trocas. Justo o ponto de controvérsias. Entretanto, trata-se de um caso particular de sociabilização: a econômica. Esta se dá pela troca de trabalho, que é a cooperação para a

⁶ Richard Zeyss (1889), Paszkowski's (1890), Hasbach (1891) e Delatour (1896). Ver Ganem (2000).

⁷ Gamem (2000) destaca que na publicação *Lectures on jurisprudence* o próprio autor efetuou a relação entre as duas obras, informando em seus últimos escritos que concebe sua obra como algo unificado.

⁸ A autoanálise é herança de David Hume.

⁹ No texto original, há o *self-love* e o *self-interest*, ambos entendidos como egoísmo. O primeiro, contudo, significa autoestima; respeito por si como se outro fosse. O segundo é autointeressado, mas também prudente, não prejudica outrem, o que é necessário à aprovação do espectador imparcial e do aval social (TORRES, 1998).

sobrevivência. Cada fragmento da sociedade efetua uma parcela de trabalho e troca pelo trabalho dos demais. O padeiro faz uma parte e contribui para a harmonia social, evitando que o trabalho necessário para a subsistência seja implementado isoladamente.

Smith acrescenta que o homem, na sociabilidade econômica, busca o seu interesse, a riqueza, mas sem violar a lei da justiça¹⁰, mesmo que esta relação seja a mais impessoal. Deste modo, o egoísmo em Smith significa a meta do ganho, escolher o melhor para si. Sujeito, no entanto, à sociabilidade geral que exige moderação de vícios para não ser desaprovado e manter a simpatia, um comportamento econômico que observa a conduta moral nos limites da prudência.

Há no homem também o prazer no benefício alheio: “Por mais egoísta que se suponha o homem, evidentemente há alguns princípios em sua natureza que o fazem interessar-se pela sorte dos outros, e considera a felicidade deles necessária para si mesmo, embora nada extraia disso senão o prazer de assistir a ela” (SMITH, 1999, p.5).

O egoísmo em Smith está, portanto, restrito à busca da riqueza de forma digna, mas ele é socialmente aceito, já que é polido pela moralidade. Desta maneira, as relações econômicas estão submersas nas relações sociais (morais) e não se separam. Sendo a convivência adequada à sociabilização.

Quintana (2001) pontua que Smith parte da filosofia moral para compreender todas as esferas das relações interpessoais, assim como seu caso particular: a Economia Política. Explicando a sociedade a partir da interação moral.

Do ponto de vista smithiano, a Economia Política (RN) requeria uma explicação prévia das questões morais (TMS). Assim, há interpenetração entre o comportamento moral e o econômico à medida que a busca do ganho privado não elimina os laços entre os homens (TORRES, 1998).

3. A evolução da ciência e a dilapidação de Smith

Calcadas nas bases do egoísmo em Smith, foram elaboradas proposições que buscam no comportamento humano a fundamentação das leis econômicas. Embora Smith estivesse assentado nas premissas que vislumbram a iniciativa individual e a propriedade privada como motivações para o ganho, o progresso da ciência econômica deixou o homem mais individualista na busca de seu lucro. David Ricardo (1771-1823) torna a economia mais objetiva, com leis universais, eliminando parte do *subjetivismo*¹¹ de TSM. Mesmo que ele não foque no indivíduo, também entendia que a dimensão máxima do homem residia no autointeresse (FONSECA, 2003).

Os economistas posteriores interpretaram que a ciência econômica não deveria discutir a conduta humana, e sim se apegar a fatos econômicos: “A Senior devemos a primeira exposição da agora familiar distinção entre uma pura e estritamente positiva¹² ciência e uma

¹⁰ Este caso seria o de uma sociedade tida como aperfeiçoada.

¹¹ Prado (1991) conceitua o subjetivismo como um modo de interpretar a experiência comunicativa, tomando o conhecimento a partir de um espelhamento perceptível no mundo exterior ou no mundo interior.

¹² O positivismo vê impropriedade da filosofia para explicar fenômenos. Apega-se a fatos e relega à economia normativa a avaliação dos valores. Ou seja, descrição, não normas, nem declarações éticas formais ou prescrições. Mesmo esta divisão deixa espaços para controvérsias podendo, por exemplo, asserções factuais terem juízos de atitude e normas serem enunciados descritivos. No tempo em que a economia positiva determina

impura e inerentemente normativa *arte* da economia” (BLAUG, 1994, p.101, grifos no original). William Nassau Senior (1790-1864) elabora a máxima de que todas as pessoas desejam maximizar a riqueza com o mínimo de sacrifício.

Na esteira destas posições, John Stuart Mill (1806-1873) detalha esta divisão de verdades materiais e regras normativas na preocupação de demarcar os limites da ciência: “uma negocia com fatos (...) a outra com preceitos. A ciência é uma coleção de verdades; a arte, um corpo de regras ou direções de conduta” (MILL, 1974, p. 293). De acordo com o autor, Smith haveria misturado a ciência com a arte.

É Mill quem fundamenta o conhecimento econômico em *a priori* psicológico e John Neville Keynes (1852-1949) complementa posteriormente. Cabe destacar passagens que serviram de leito ao recém nascido *homem econômico*:

“A economia política considera a humanidade ocupada unicamente na aquisição e consumo da riqueza (...). Não que qualquer economista político alguma vez tenha sido tão absurdo que supusesse que a humanidade é de facto (*sic*) assim constituída, mas porque esta é a forma pela qual a ciência deve necessariamente progredir”. Mesmo assim, ele pontua que “Talvez não haja uma acção (*sic*) na vida de um homem em que ele não esteja sob a imediata ou remota influência de um outro impulso que não o mero desejo de riqueza” (MILL, 1967, p. 321-323 *apud* BLAUG, 1994, p. 102).

Tais considerações se fundaram na introspecção, na reflexão sobre si: “supostos conhecimentos imediatos que a mente humana, em razão de sua própria natureza, teria condições de obter sobre si mesma” (PRADO, 1991, p.12). Mill deixa claro entender que tal consideração não engloba o homem como ele é, mas que trabalha com um “homem fictício”. Contudo, “por razão de ordem metodológica, supõe-se aí que os homens são guiados nessa esfera apenas por motivações de natureza pecuniária e que lhes interessam apenas as coisas traduzidas em dinheiro” (MILL, 1974, p.301).

O autor, ainda assim, define que a Economia Política é a “ciência moral ou psicológica que trata dos comportamentos humanos em sociedade, orientados para a obtenção de riqueza” (PRADO, 1991, p.67). Blaug (1994) salienta que não se encontra algo semelhante ao homem econômico de Mill na obra de Smith, embora este ainda seja alvo de metamorfose posterior. Neville Keynes, apesar de entender que os teoremas sobre os fatores sempre tenham implicações éticas, acaba por considerar, de forma confusa, que a economia deve se preocupar com as “leis econômicas”, ou seja, com os fatos, aqueles que influenciam a conduta humana, dito mais claramente: com o egoísmo.

“A hipótese do homem econômico é então fundada numa espécie de experiência, nomeadamente na introspecção e na observação dos nossos semelhantes, *mas não é derivada de observações específicas*

o seu método, é estipulada uma convenção, uma norma, deliberação coletiva. Ponto de absoluta contradição. Ao se escolher o que é científico, se normatiza. Pode ainda o fato se montar em um consenso coletivo e isso deve ser aceito entre os cientistas. O debate sobre a ciência social isenta de valores ou não permite o espaço para alegar que a comunidade científica aceita determinados valores conjuntamente e expurga outros, como a assunção de que o comércio internacional é benéfico, ou a preocupação com o bem-estar e com a desigualdade social. Sem esquecer da seleção arbitrária de hipóteses, com destaque para as não factíveis como o *homem econômico*. Há aqueles que veem a ciência econômica como permeada de valores como Gunnar Myrdal. A tentativa do economista de se furtar de juízos de valor o priva de análises frutuosas em diversas áreas de investigação. O tema é detalhado em Blaug (1994).

ou de acontecimentos concretos” (BLAUG, 1994, p.105, grifos acrescidos). “Porém, nenhuma prova, excepto (*sic*) o casual empirismo, é oferecida em defesa desta proposição. Assim, permite-se que fenômenos que aparentemente contradizem a hipótese do homem económico (*sic*) figurem simplesmente como excepções (*sic*) à regra” (BLAUG, 1994, p.127). Ou “tão obviamente verdadeira que só precisava de ser enunciada para merecer imediato assentimento” (BLAUG, 1994, p.325).

Deste modo, “Para o economista clássico, não apenas a conduta humana está ao alcance da observação científica, mas também o seu mundo interno. Isto leva a fundar a Economia Política num saber compreensivo visto sob um prisma psicológico. Ele acredita na possibilidade de atingir, com segurança, a subjetividade daqueles que falam e agem em sociedade, apoiando-se na familiaridade que inevitavelmente se tem com a experiência humana” Ou seja, “por meio da pura introspecção quando se trata de si mesmo (...)” (PRADO, 1991, p.69-70).

Este procedimento metodológico é, no entanto, muitas vezes questionado já que “são intersubjetivamente estabelecidos, podem ser objetivamente discutidos (...). Eles são essencialmente subjetivos e, por isso, somente sujeitos à observação introspectiva” (MACHLUP, 1978, p. 218-219). Assim, “há um séria dificuldade em estabelecer o que realmente podem os economistas ...‘observar’” (idem, 1978, p.112).

Prado conclui que “O saber que funda o entendimento da conduta económica não vem a ser, portanto, nem derivado e nem verificado indutivamente; ele se origina imediata ou mediatamente da percepção sensível. Trata-se, diferentemente, de ‘*uma idéia puramente intuitiva*’. E, por isto, ele [Frank Hyneman Knight] entende que advém por meio de um ato de compreensão no interior e por via da linguagem, de um modo logicamente anterior à qualquer observação do comportamento dos agentes no mercado” (PRADO, 1991, p.182, grifos no original).

Nestes termos, as hipóteses fundamentais que dão sustento a um arcabouço teórico, fundam-se, na verdade, em intuição sobre o comportamento dos homens. Originam-se na autoanálise. Mesmo assim, esta hipótese fictícia torna-se o pilar básico, o *núcleo duro*¹³ de todo o corpo teórico neoclássico subsequente. Mais do que isso, de certa forma, o postulado se “vivificou”:

E, desde então, o homem económico (*sic*) tem sido descrito, de forma variável, como um axioma, uma verdade *a priori*, uma proposição auto-evidente(*sic*), uma ficção útil, um tipo ideal, uma construção heurística, um facto (*sic*) indisputável da experiência e um comportamento típico do homem sob o capitalismo (BLAUG, 1944, p.126, grifos no original).

¹³ Parte não refutável da teoria. hipóteses não falseáveis. Ver Blaug (1994).

Esta premissa, entretanto, trouxe problemas morais a William Stanley Jevons (1835-1882), pois a ausência de moralidade é uma condição para a teoria (VALENTIN, 2003). O atormento de Jevons vinha justamente porque a conduta humana seria desprovida de reflexões morais.

“O estadista pode descobrir um conflito entre impulsos; uma medida pode prometer, assim o pareceria, o melhor para a multidão e no entanto pode haver motivos de probidade e honra que o impeçam de implantar a medida (...) um cálculo superior da Moral do certo e do errado seria necessário para mostrar como ele pode empregar da melhor maneira aquela riqueza para o bem tanto dos outros como de si mesmo” (JEVONS, 1988, p.39-40).

Para solucionar este impasse, Marie-Esprit-Léon Walras (1834-1910) pontuou que a ciência precisa ser neutra e ver a realidade como ela é. Se o comportamento humano é imoral, a ciência pura não discute, deixando este ponto para a ciência moral. Logo, a economia deve abster-se de julgamentos de valor na busca da verdade. O autor critica Smith alegando que ele confundiu a justiça com o interesse, entende ainda que é impossível a ciência ser natural e moral ao mesmo tempo (VALENTIN, 2003). Resgatando Mill e Senior, Walras sublinha que a ciência, neste caso, tem seu interesse na teoria; a arte e a moral que pesquisem o bem, a justiça e as regras de conduta (FONSECA, 1991). Assim, a ciência (positiva) não possui juízo de valor, já nos estudos com proposições não testáveis como ideologia, cultura e fé, a metafísica passa a ser admitida (FONSECA, 2003).

Esta demarcação intensa consolida na escola neoclássica, como pilar básico, a derivação do comportamento em busca da maximização de vantagem pessoal, cabendo a ciência econômica estudar a ação que visa a acumulação e o desfrute material. Ou seja, a reprodução e a circulação de mercadorias e de capital partem da hipótese de egoísmo; que é observado nos indivíduos quando buscam obter o melhor para si com o menor esforço.

Com base em interesses pessoais e intenções de ganho individual, a escola neoclássica mantém o indivíduo egoísta com papel central, trazendo um padrão comportamental para diferenciar a ciência da adivinhação (MONTEIRO, 2003). Entretanto, certo contrassenso torna-se evidente neste arranjo. Ao tempo em que a ciência, com seus limites estabelecidos, visa os fatos objetivos, preocupada em buscar verdade, a hipótese básica desta verdade iniciou-se na introspecção subjetiva não verificada objetivamente, portanto. Ou nas palavras de Prado lastreado em “um ato misterioso pelo qual uns se transportam para dentro da cabeça de outros, com o fim de reproduzir e se apropriarem de seus estados mentais” (PRADO, 1991, p.203-204). Dito de outra maneira, na concepção de Walras, ser isento e ver a realidade como ela é significa aceitar a hipótese introspectiva do agente egoísta.

Na mesma fase de consolidação do postulado do homem como egoísta, o comportamento econômico, de forma geral, foi matematizado, sob influência das ciências naturais.

Nas palavras de Ganem (2003):

Estes agentes atomizados, que encontram sua matriz científica na mecânica clássica, expressam, de outro tanto, a herança histórica do individualismo, base da ideologia e do código burguês que, gestado durante os séculos da transição, acabou por transformar paixões egoísticas em atributos necessários à racionalidade do capital. (GANEM, 2003, p. 127).

No tempo que o *individualismo metodológico*¹⁴ se firma, a escola neoclássica se apropria dos conceitos dos clássicos e postula que as motivações intrínsecas da natureza humana refletem o ser humano em geral. Considerando que neste interesse privado reside o regulador do mercado. Logo, a ideologização da realidade, que nos traz ao egoísmo, é a exteriorização da essência humana eterna previamente existente (GERMER, 2003). Assim, a própria natureza humana (egoísta e competitiva) é compatível com o capitalismo e permite que os agentes autônomos e isolados, proporcionem o bem-estar social, haja vista que cada um fará o que é melhor para si, o que dito em outras palavras, significa que a sociedade como um todo terá o melhor possível (GANEM, 2003).

Convém destacar, entretanto que a análise no nível individual é exacerbada. A *racionalidade*¹⁵ se torna “preferir mais a menos, escolher a mais alta taxa de rendibilidade (*sic*), minimizar os custos unitários e, sobretudo, prosseguir o interesse próprio *sem qualquer atenção explícita para o bem-estar dos outros*” (BLAUG, 1994, p. 323-324, grifos acrescidos).

Além de não se encontrar esta proposição em Smith, ela é diametralmente oposta à já citada sentença deste, a qual é pertinente reafirmar: “Por mais egoísta que se suponha o homem, evidentemente há alguns princípios em sua natureza que o fazem interessar-se pela sorte dos outros, e considera a felicidade deles necessária para si mesmo, embora nada extraia disso senão o prazer de assistir a ela” (SMITH, 1999, p.5).

A este ponto, se torna patente a dissociação ocorrida na ciência econômica, enquanto esta se distanciou da filosofia moral e deixou de avaliar a conduta humana. Alfred Marshall (1842-1924) destaca que “ela [a Economia] é, portanto, uma ciência ao mesmo tempo pura e aplicada, mais do que uma ciência e uma arte. E é melhor, para designá-la, servir-se da expressão lata de ‘Economia’, do que da mais restrita ‘Economia Política’” (MARSHALL, 1982, p.54). Obedecendo a sua própria sugestão, Marshall intitula seu principal livro de *Princípios de Economia*.

Logo, mesmo havendo o reconhecimento de que o postulado egoísta é ficcional e não abstenendo-se da percepção de que a conduta humana interfere na economia, já que esta está circunscrita às relações sociais, a ciência econômica furtou-se de tais repercussões, deixando-as para que outros campos do conhecimento a pesquisassem. O corte em relação a Smith também emerge quando o individualismo se intensifica no corpo teórico, em oposição a Smith que analisava o homem enquanto ser que busca a sociabilização.

¹⁴ Em sua forma mais extremada, este método parte do indivíduo isolado de relações sociais e instituições, com suas características psicológicas, para determinar as reações humanas. A partir de uma avaliação subjetiva do homem, este é deslocado de seu meio cultural, histórico e ético, tidos como dados. Na economia, este método busca explicar os fenômenos sociais a partir do comportamento individual, restringindo-se a fatores econômicos. O individualismo metodológico considera o agente como representativo para a coletividade, deste modo os fenômenos sociais se embasam na concepção de homem autocentrado, com motivações subjetivas que explicam a ação econômica. Ver Hofmann e Pelaez (2008).

¹⁵ Este termo não chegou a ser utilizado explicitamente na revolução marginalista, pois foi cunhado na década de 1930, mas é descendente de seus conceitos (BLAUG, 1994). Importa ressaltar que o conceito de racionalidade é amplo abarcando ordenamento de preferências, que é completa e transitiva, informação perfeita, condições de certeza e a partir das preferências é escolhido o meio para atingir determinado fim, os quais não estão no centro deste estudo, qual seja: o que toca à conduta egoísta ou não, isto é, a uma faceta da racionalidade. De qualquer sorte, cabe a citação que acentua que “o problema da agregação é escamoteado pelo pressuposto tácito de que todos os indivíduos são semelhantes e que portanto têm a mesma função de utilidade (...). Uma vez que os indivíduos são claramente não semelhantes (...). A hipótese de racionalidade só por si é muito frágil (...) Seja como for, o pressuposto da racionalidade é provavelmente falso”. (BLAUG, 1994, p.326-327).

4. Da ruptura ao caminho de volta

Nos modelos recentes, as finalidades morais também não estão presentes (TORRES, 1998). Mesmo assim, o equívoco de que o rumo tomado pela ciência econômica está referendado pelas considerações de Smith no que toca o egoísmo humano persiste.

Seja *pour (sic)* convicção ou ironia o resultado aponta para um destino onde o indivíduo, fechado em si próprio, constrói *(sic)* um mundo regido pela lei da selva. O *homo oeconomicus* da economia ortodoxa moderna encontra nele muito mais motivos de inspiração do que na obra de Smith (...) Certas interpretações da obra de Smith estão, à partida, mutiladas pela leitura parcelar do seu trabalho, circunscrita à *Riqueza das Nações*. Este livro, sem dúvida, extraordinário, revela-se todavia insuficiente para apreender o sentido amplo da mensagem do seu autor (TORRES, 1998, p. 119-120, grifos no original).

Smith considera ser a interação do agente com o grupo a fonte de transformação do homem em ser moral. Desta maneira, o individualismo firmado está longe da concepção deste pensador. Como destaca Torres (1998), a economia se emancipou da filosofia moral com “mutilações” do pensamento smithiano, de tal forma que foi se separando das ciências sociais.

Ou seja, a interpretação da frase célebre antes citada é parcial e descontextualizada do resto da obra de Smith, já que a busca do interesse próprio está em consonância com a adequação do convívio social. Ou como acentua Ganem “(...) o nascimento da economia em Adam Smith *não se faz rompendo com a moralidade*” (Ganem, 2000, p. 31, grifos no original). Ao que parece, entender a economia exige compreensão da filosofia moral, ao menos em Smith.

Desde modo, se é verdade que emprega o conceito de *self-love* como necessário à actividade *(sic)* e ao progresso econômico *(sic)*, não é no sentido individualista e egoísta do *homo oeconomicus* fechado sobre si próprio, cujas “virtudes” fariam pretensamente obstáculo ao contágio das paixões. É antes no sentido de “amor-próprio” ou mesmo de “auto-estima” que precisa do aval social (*simpatia*) para se desenvolver. Com vantagem para o próprio indivíduo, evidentemente, mas sem que este se corte da sociedade. O *self-love* só é *individualista* e *egoísta* nessa medida (...) se subordinarmos as análises da RN ao sistema da TMS, somos conduzidos a inverter as conclusões individualistas da economia convencional (TORRES, 1998, p. 118, grifos no original).

À despeito da ruptura ocorrida entre a moral e economia não ser consensual, ela foi hegemônica. A Escola Histórica Alemã compreendia que a investigação científica deveria considerar os ideias de justiça e de moralidade (PRADO, 1991). Mesmo autores que auxiliaram na consolidação de tais postulados não analisavam o ser humano como absolutamente egoísta. Neville Keynes entendia que

“o homem não precisa ser concebido como egoísta puro” (KEYNES, 1917, p.128). Mesmo negociantes “podem devotar a sua riqueza para objetivos filantrópicos e para o bem estar da comunidade a que pertencem (KEYNES, 1917, p.120). Ou como considera Prado (1991, p.88): “outros interesses, mais nobres e altruístas eventualmente, na verdade guiam, mediatamente, os homens na vida econômica”. Marshall (1982) faz uma longa reflexão sobre tais questões, a qual acrescenta ser retransmitida: “As forças éticas estão, entretanto, entre as que o economista deve considerar. Tem-se tentado, na verdade, construir uma ciência abstrata com respeito às ações de um ‘homem econômico’, que não esteja sob influências éticas e que procure, prudente e energeticamente, obter ganhos pecuniários movido por impulsos mecânicos e egoísticos. (...) Ninguém sabe melhor que o homem econômico resistir ao trabalho árduo e aos sacrifícios, no desejo altruístico de prover às necessidades de sua família. Tacitamente se têm incluído entre os motivos normais as afeições familiares. Mas se eles incluem estas, por que não devem, então, incluir todos os outros motivos altruísticos cuja ação é tão extensamente uniforme em qualquer classe, em qualquer tempo e lugar, que pode ser reduzida à regra geral? Parece não haver razão para isso” (MARSHALL, 1982, p.3-4).

Há ainda os que estão certos de que “a economia é essencialmente uma ciência moral, e não uma ciência natural. O que quer dizer que emprega introspecção e juízos de valor” (KEYNES, 1973, p. 297 apud BLAUG, 1994, p.133).

Em Smith, o homem age sem dúvida na base do que julga ser o melhor interesse, mas este interesse próprio nunca é concebido como sendo dirigido apenas a fins pecuniários e tantas vezes é uma questão de honra, ambição, estima social e amor de poder quantas as que respeita a meros cifrões (BLAUG, 1994, p.103).

Ao se perceber a economia como a ciência que estuda a relação social dos homens, ancorada na conduta humana, em consonância com as proposições de Smith, e que, assim como nas reflexões de Mill, a natureza sensível do homem pode conceber, a partir da intuição, como se dá a conduta humana; importa refletir como a sociedade pode se organizar com vista a resolver os problemas nela comuns, amalgamadas no comportamento enquanto ser moral.

A economia enquanto ciência social tem por objeto as ações humanas que refletem no coletivo. Não sendo o homem tão-somente individualista e autocentrado, pode ela estudar como a cooperação social reduziria os problemas ao se conjecturar um homem mais preocupado com a sociedade.

O aval para tal caminho é dado a partir da introspecção e da observação dos semelhantes, como Mill efetuou. Os aspectos normativos do comportamento foram desconsiderados mesmo que, em suas palavras, fosse um absurdo supor que o homem age apenas egoisticamente. Alternativas¹⁶ podem ser constituídas, lastreadas em uma outra

¹⁶ Cabe assinalar estudos neste sentido como de Jon Elster, Amartya Sen e Herbert Simon. Carentes ainda de um corpo teórico fundamentado.

tipologia humana, no âmbito da qual o dilema do interesse próprio se dilua, relativizando a imagem de homens agindo de forma egoísta.

Tal espaço pode ser preenchido sem cair na contradição de edificar um teoria que busca a verdade baseada na realidade e nos fatos como eles são, utilizado-se, no entanto, de hipóteses introspectivas. Ao contrário, estas hipóteses não são inválidas, Smith se valeu da introspecção para formular suas teorias. Mill e os demais autores que firmaram o comportamento humano como egoísta solidificaram um corpo teórico capaz de explicar como esta hipótese reflete na sociedade e no bem-estar coletivo. Não é infundada, portanto, a elucubração de se constituir um corpo teórico arraigado em outra conduta mais solidária e com maior responsabilidade comunitária, por exemplo. Assim como o estudo dos impactos deste homem para o bem-estar social.

Considerando-se que “o problema do conhecimento não pode deixar de degenerar em problema metodológico” (PRADO,1991, p.76) e que as interpretações científicas podem afetar o próprio mundo social, pois influenciam os seus atores (idem, 1991, p.23), a reconciliação da Economia Política de Adam Smith traria a redescoberta de um universo em conformidade com fins éticos, que pudesse colocar a economia a serviço da coletividade e não do indivíduo. Mesmo porque a economia é feita por homens e por eles pode ser modificada (idem, 1991).

5. Considerações finais

Ao longo do avanço da ciência econômica, houve uma quebra em que as questões morais foram se afastando de seu escopo de estudo. Neste tempo o homem ficou, sob o aspecto teórico, mais frio, mais autocentrado e foi se despreocupando com os demais agentes da sociedade.

Este trabalho procurou mostrar como o homem se tornou uma ilha moral sob o ângulo da ciência econômica, indicando ainda os percalços e as contradições desta ruptura. De forma adjacente, é aventada a reconciliação da economia com aspectos morais para que ela abranja novas tipologias de conduta humana. O estudo sobre esta lacuna sinaliza que se faz necessário uma composição teórica que retome o homem moral e que pese os reflexos da moralidade nas relações econômicas e sociais. Os pontos de interseção e de afastamento entre a economia e a moral fazem emergir vastos campos de pesquisa a serem explorados, com principal destaque a um eventual novo arcabouço teórico e também aos problemas coletivos correlatos.

Discutir a conduta humana e seus reflexos na economia em aderência com questões solidárias faz aflorar, adicionalmente, a observação de como tais comportamentos são acoplados na sociedade. Pauta esta indeclinável enquanto se pensa o bem-estar social.

Referências Bibliografias

BLAUG, Mark. *A Metodologia da Economia: ou como os economistas explicam*. Lisboa: Grávida, 1994.

ELSTER, Jon. When Rationality Fails. In: COOK, K. and LEVI, M. *The Limits of Rationality*. Chicago: Chicago University Press, 1990.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O método em economia: uma perspectiva histórica. In: REGO, José Márcio (org). *Revisão da Crise; metodologia e retórica na história do pensamento econômico*. São Paulo: Bienal, 1991, p. 65-88.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O método como tema: controvérsias filosóficas, discussões econômicas. In: CORAZZA, Gentil (org). *Métodos da Ciência Econômica*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 17-34.

GANEM, Ângela. Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófico. In: *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 2, jul-dez, 2000, p. 9-36.

GANEM, Ângela. Teoria neoclássica: a face econômica da razão positiva. In: CORAZZA, Gentil (org). *Métodos da Ciência Econômica*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p.117-132.

GERMER, Claus Magno. A relação abstrato/concreto no método da economia política. In: CORAZZA, Gentil (org). *Métodos da Ciência Econômica*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 61-92.

HOFMANN, Ruth; PELAEZ, Victor. A psicologia econômica como resposta ao individualismo metodológico. *XI Encontro Regional de Economia - Anpec Sul*, 2008, Curitiba. Anais do XI Encontro Regional de Economia - Anpec Sul 2008. Curitiba : UFPR, 2008.

JEVONS, William Stanley. *A teoria da economia política* (Coleção Os Economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1988.

KEYNES, John Maynard. *The Collected Writings of John Maynard Keynes: the General Theory and After*. vol. XIV. Londres: Macmillan, 1973 *apud* BLAUG, Mark. *A Metodologia da Economia: ou como os economistas explicam*. Lisboa: Gravidia, 1994.

KEYNES, John Neville. *The scope and method of political economy*. Londres: Macmillan, 1917.

MACHLUP, Frank. *Methodology of economics and other social sciences*. New York: Academic Pres, 1978.

MARIN, Solange Regina; QUINTANA, André Marzulo. A transformação marginal na teoria do valor dos primeiros neoclássicos. In: *Cadernos de Economia*. Chapecó, n.19, jul-dez. 2006, p. 115-137.

MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia – tratado introdutório I* (Coleção os Economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MILL, John Stuart. *Collected Works, Essays on Economy and Society*. vol. 4. Toronto: University of Toronto Press, 1967 *apud* BLAUG, Mark. *A Metodologia da Economia: ou como os economistas explicam*. Lisboa: Grávida, 1994.

MILL, John Stuart. Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela. In: *Bentham, Stuart Mill* (Coleção os pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 291-315.

MONTEIRO, Sérgio Marley Modesto. Metodologia da economia e filosofia da ciência. In: CORAZZA, Gentil (org). *Métodos da Ciência Econômica*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 207-227.

PRADO, Eleutério Fernando da Silva. Stuart Mill e o Homem Econômico Ir-racional. *Questões de Método na Ciência Econômica*. São Paulo: USP, 1986, p. 53-69.

PRADO, Eleutério Fernando da Silva. *Economia como ciência*. São Paulo: IPE/USP, 1991.

PRADO, Eleutério Fernando da Silva. A questão da comparação das teorias em “economia”. In: CORAZZA, Gentil (org). *Métodos da Ciência Econômica*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 189-205.

QUINTANA, André Marzulo. *A filosofia moral e a economia política de Adam Smith: a simpatia e o interesse próprio*. 2001. 123 f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2001.

SIMON, Herbert Alexander. Rationality in psychology and economics. In: HOGARTH, R.& REDER, M (eds). *Rational Choice*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações – Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas I* (Coleção os economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SMITH, Adam. *Teoria dos Sentimentos Morais*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TORRES, Adelino. A economia como ciência social e moral (algumas observações sobre as raízes do pensamento económico neoclássico: Adam Smith ou Mandeville?). *Episteme – Revista Multidisciplinar da Universidade Técnica de Lisboa*, Lisboa: 1998, p. 95-122.

VALENTIN, Agnaldo. A economia positiva: considerações sobre o núcleo rígido do programa de pesquisa neoclássico. In: CORAZZA, Gentil (org). *Métodos da Ciência Económica*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p.133-152.

VARGAS, Márcio Souza de. *Ensaio em teoria microeconômica: livre arbítrio, autocontrole e responsabilidade moral*. 2006. 84 f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2006.